



PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR: INTERFACES ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Dione Rodrigues Pires¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Luciana Rodrigues Lessa²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca³

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O artigo propõe reflexões sobre as políticas de ação afirmativa no Ensino Superior, buscando identificar como tais ações em interface com medidas correlatas, como as Políticas de Permanência Estudantil e Iniciação Científica, produzem condições para que o ingresso na pós-graduação seja possível. Considerando os atravessamentos estruturais abordados por autores que seguem perspectivas contra hegemônicas, decoloniais e contra coloniais, como Lélia Gonzalez (1988), o trabalho objetiva evidenciar, a partir de dados da realidade, como a trajetória de estudantes cotistas é impactada pelo racismo, sexismo e desigualdades de classe. Os procedimentos metodológicos apresentam dados de documentos oficiais e relatos compartilhados em pesquisa mais ampla de caráter qualitativo realizada entre 2020 e 2021 com estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As entrevistas, instrumento do método qualitativo, foram importantes recursos para a compreensão da realidade vivida pelas participantes da pesquisa. Meio que permitiu aproximação da dinâmica que envolve a permanência na graduação e anseios futuros, como desejo de ingresso no mercado de trabalho, ingresso em curso lato sensu (a nível de especialização) e ingresso em cursos stricto sensu (mestrado e doutorado). Conclui-se, que as ações afirmativas e medidas correlatas são extremamente relevantes, no entanto, a partir de uma análise interseccional (Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021), identifica-se que as escolhas futuras, como ingresso no mercado de trabalho ou na pós-graduação, são impactadas por avenidas de opressão e as condições de permanência continuam sendo ponto focal para o debate das ações afirmativas nos diferentes níveis de formação.

Palavras-chave: ações afirmativas; ensino superior; permanência; graduação; pós-graduação.

¹ Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde (PPGES/NUTES-UFRJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: Rua João Rodrigues, 33, apt.202, São Francisco Xavier, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 20960-010. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2702-7986>. E-mail: seso.trab@gmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências e Saúde (PPGES/NUTES-UFRJ) Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Amaral Peixoto, Km 57, Saquarema, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3954-8199>. E-mail: lurodlessa@hotmail.com

³ Doutor em Sociologia (USP). Professor titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGES/NUTES-UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Carlos Chagas Filho, 373, Bloco A – Salas 28 (1º. Andar) e 33 (subsolo) Cidade Universitária, CCS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7495-4902> E-mail: coloquio10@gmail.com

STUDENT RETENTION AND TRAJECTORY IN HIGHER EDUCATION: INTERFACES BETWEEN UNDERGRADUATE AND GRADUATE PROGRAMS

ABSTRACT

This article reflects on affirmative action policies in higher education, seeking to identify how such actions—in conjunction with related measures like student retention policies and undergraduate research initiatives—create the conditions necessary for entry into graduate studies. Taking into account the structural dynamics addressed by authors adopting counter-hegemonic, decolonial, and anti-colonial perspectives—such as Lélia Gonzalez (1988)—the study aims to demonstrate, based on empirical data, how the trajectories of students admitted via affirmative action quotas are impacted by racism, sexism, and class inequalities. The methodological approach draws on data from official documents and personal accounts shared during a broader qualitative study conducted between 2020 and 2021 with students from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Interviews—a key qualitative research tool—were crucial for understanding the lived realities of the participants. They provided insight into the dynamics of remaining in undergraduate programs and into future aspirations, such as entering the job market or pursuing **lato sensu** (specialization) and **stricto sensu** (master's and doctoral) graduate programs. The study concludes that affirmative action and related measures are vitally important; however, an intersectional analysis (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021) reveals that future choices—such as entering the workforce or graduate school—are shaped by intersecting avenues of oppression, and that retention conditions remain a focal point in the debate surrounding affirmative action across various levels of education.

Keywords: affirmative actions; higher education; retention; undergraduate; graduate

RETENCIÓN Y TRAYECTORIA ESTUDIANTIL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: INTERFACES ENTRE PROGRAMAS DE PREGRADO Y POSGRADO

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre las políticas de acción afirmativa en la educación superior, buscando identificar cómo dichas acciones —junto con medidas conexas, como las políticas de retención estudiantil y las iniciativas de investigación de pregrado— crean las condiciones necesarias para el acceso a estudios de posgrado. Teniendo en cuenta las dinámicas estructurales abordadas por autores que adoptan perspectivas contrahegemónicas, descoloniales y anticoloniales —como Lélia Gonzalez (1988)—, el estudio pretende demostrar, a partir de datos empíricos, cómo las trayectorias de los estudiantes admitidos mediante cuotas de acción afirmativa se ven afectadas por el racismo, el sexismo y las desigualdades de clase. El enfoque metodológico se basa en datos provenientes de documentos oficiales y testimonios personales compartidos durante un estudio cualitativo más amplio, realizado entre 2020 y 2021 con estudiantes de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). Las entrevistas —una herramienta clave de la investigación cualitativa— resultaron fundamentales para comprender las realidades vividas por los participantes. Estas permitieron conocer las dinámicas de permanencia en los programas de pregrado y las aspiraciones futuras, tales como la inserción en el mercado laboral o el acceso a programas de posgrado **lato sensu** (especialización) y **stricto sensu** (maestría y doctorado). El estudio concluye que la acción afirmativa y las medidas relacionadas son de vital importancia; no obstante, un análisis interseccional (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021) revela que las decisiones futuras —como incorporarse al mundo laboral o cursar estudios de posgrado— están condicionadas por ejes de opresión que se entrecruzan, y que las condiciones de retención siguen siendo un punto central en el debate sobre la acción afirmativa en los diversos niveles educativos.

Palabras clave: acción afirmativa; educación superior; retención; pregrado; posgrado

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta avaliar a interface entre as condições de permanência estudantil de estudantes cotistas na graduação para a continuidade da construção de carreiras na pós-graduação. Para tanto, o resgate do aparato legal que são as leis 12.711/2012 e 14.723/2023 são o ponto de partida que em correlação com assistência estudantil e Pesquisa de Iniciação Científica, possibilitam reflexões sobre como o ingresso relacionado à permanência de qualidade é crucial para que a presença de estudantes negros e indígenas em cursos de pós-graduação se torne cada vez mais expressiva.

Lélia Gonzalez (1988), Petrônio Domingues (2008), Luiz Rufino (2017) são alguns dos autores referenciados neste artigo, cujas teorias contribuem para a compreensão do contexto no qual as medidas de ações afirmativas se fazem necessárias, vide que o acesso de pessoas negras e indígenas ao Ensino Superior, de forma mais abrangente e regulamentada por aparato legal, faz parte da história recente da educação brasileira.

Como complementar às reflexões teóricas e ao levantamento de dados, esse trabalho também possui uma dimensão empírica. Ressalta-se como relevante para o diálogo proposto apresentar alguns dados qualitativos de pesquisa realizada com jovens de duas universidades do estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2021: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO). Para a presente proposta, serão evidenciados somente os relatos das participantes da UFRJ, visando manter o debate em torno das leis supracitadas. O objetivo, é observar os depoimentos sobre as condições de permanência na universidade e a possibilidade de ingresso na pós-graduação no cenário de assistência estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) que recentemente é transformado em Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2024) contribui para a análise e reflexões sobre os marcadores que incidem em uma permanência efetiva, como as questões socioeconômicas, de alimentação, moradia e saúde, previstas nos referidos documentos. Estes que são marcos norteadores para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) incluam em seu quadro de medidas, ações sensíveis às demandas específicas de grupos historicamente violados.

Além disso, um olhar para Iniciação Científica também é elementar para o debate da transição da graduação para a pós-graduação *Stricto Sensu*, conforme dissertam autores como Costa (2015) e Sousa Júnior (2018). A IC é debatida como um espaço que contribui para a permanência e para o contato dos discentes com a pesquisa e a produção de conhecimento. A criação do Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF/CNPq), por exemplo, indica a importância da pesquisa de iniciação científica para a trajetória acadêmica, mesmo em meio aos desafios postos.

Em termos de análise das entrevistas, a perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021) é entendida como importante instrumento teórico-metodológico, pois fornece pistas para compreensão de algumas das complexidades existentes na história e trajetória de estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, incluindo fatores que influenciam nas decisões após a conclusão do curso de graduação. Alcançar tais complexidades pode contribuir para o debate de fortalecimento e aperfeiçoamento das medidas já vigentes e sua expansão para outros níveis como a pós-graduação.

CONTEXTUALIZAÇÃO: PASSOS QUE VEM DE LONGE, CAMINHOS AINDA A SEREM PERCORRIDOS

A construção das ações afirmativas enquanto políticas institucionais é possibilitada em meio ao processo sócio-histórico que marca a sociedade brasileira desde o século XVI. Relembrar a origem das desigualdades raciais é necessário quando falamos do hoje. Datando de meados do século XVI observam-se os primeiros relatos da chegada de mulheres e homens negros oriundos do continente africano. Nascimento (1978) e Gonzalez (1988) apresentam reflexões profundas sobre esse processo e seus impactos, onde mulheres e homens africanos foram retirados de suas nações de origem em condições subumanas e degradantes, sob a égide das crueldades do colonizador. Como os autores mencionados abordam, o tráfico de pessoas se balizava no ideal de uma “superioridade eurocristã”, cujo teor central era a inferioridade dos povos que não pertenciam à raça ariana: branca. Como colocaria Achile Mbembe (2014), ao negro atribui-se a figura de um ser-outro.

Ainda hoje, os reflexos de tal contexto são visíveis, e o enfrentamento ao carrego colonial (Rufino, 2017), que se fincou a partir das diferentes violações de direito, demanda articulação em torno de conquistas que são inegociáveis. Em face de uma dinâmica social, cultural, política e econômica baseada na rejeição de pessoas negras e indígenas, ao um não-lugar (Mbembe, 2014), temos o cenário de conquista de ações que visam reparar em alguma medida as desigualdades estruturais que se perpetuaram por séculos. Munanga (2001) reflete que as ações afirmativas surgem como uma resposta à realidade desigual imposta a alguns grupos, como medidas de reparação.

Neste ínterim, é imprescindível ressaltar o importante protagonismo dos movimentos negros na reivindicação de condições dignas de acesso à educação em seus diferentes níveis. Sabe-se que a formação oficial durante boa parte dos séculos seguintes à abolição da escravatura, foi negada à população negra, conforme reflete Domingues (2008). De acordo com o autor, ao falar do papel da Frente Negra Brasileira no período de 1931 e 1937, observa-se que a principal linha de mobilizações e ações foi a educação, com a construção de espaço escolar e a luta para que este fosse reconhecido como espaço de formação oficial. Desse cenário, decorrem reflexos diversos ainda latentes e que demandam medidas específicas que amparem as demandas de existências da população negra brasileira, essa que foi racializada pelo processo branqueador, na forma do colonialismo e suas diferentes facetas (Mbembe, 2014).

No tocante às conquistas que são percebidas no atual cenário, as Políticas de Ação Afirmativa (PAA) no ensino superior convocam reflexões urgentes, tanto no que se refere à pertinência e continuidade, quanto no que concerne às melhorias e avanços necessários. Em face da conquista recente das ações afirmativas direcionadas ao ingresso de pessoas de baixa renda, negras, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, vale recorrermos ao marco legal que baliza tal medida. Assim, a Lei 12.711/2012 instituiu a adoção das chamadas cotas nas instituições federais de nível superior e de ensino médio. Em 2023 é implementada a Lei 14.723/23 que traz alterações significativas, como a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários do sistema de reserva de vagas, juntamente com indígenas, pretos, pardos e pessoas com deficiência. Bem como, abarca a inclusão das cotas na pós-graduação.

Venturini e Feres Júnior (2020, p.885) em estudo sobre as políticas de ação afirmativa identificam algo importante: que as primeiras medidas com esse viés na pós-graduação de universidades públicas se iniciaram no mesmo período que as medidas direcionadas à pós-graduação. Como identificam, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) foi pioneira ao criar em 2002 uma política de ação afirmativa que possibilitasse o ingresso de negros e indígenas na pós-graduação. Mesmo período em que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adotou tais políticas para os cursos de graduação.

Ainda de acordo com os autores citados acima, a instauração de tais medidas na pós-graduação não ocorre de forma uniforme, se dá por diferentes razões e os autores indicam quatro formas mais expressivas:

programas que criaram as ações afirmativas por iniciativa própria e decisão de seus colegiados; programas que criaram as ações afirmativas por decisão de seus colegiados, mas por iniciativa de órgãos externos, tal como o edital da FF e FCC; universidades e programas que criaram ações afirmativas em cumprimento a leis estaduais; programas que criaram ações afirmativas em razão de resoluções do Conselho Universitário válidas para todos os cursos de pós-graduação de uma determinada universidade. (Venturini e Feres Júnior, 2020, p.892)

Tal qual ocorreu com a adesão ao sistema de vagas na graduação, na pós-graduação a resistência na implementação dessas medidas giram em torno de padrões institucionais de resistência às mudanças, conforme trata Venturini (2021). Em uma perspectiva contra hegemônica, percebemos que tal resistência possui um fundamento racista e elitista, vide as bases fundantes da instituição universitária analisada por Luiz Wanderley (1994). Em outra medida, o trabalho de Vanali e Silva (2019) cujo cenário de análise são as ações afirmativas na pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), apresenta dados que indicam a sub-representação de discentes e docentes negros na pós-graduação, o que ratifica a extrema de relevância de ações afirmativas nesse nível de formação.

Tomando como cenário empírico a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de acordo com seu site oficial, em 2022, um ano antes da promulgação da lei 14.723/23, esta, a partir de decisão do Conselho Universitário para Graduados (CEPG), define que os processos seletivos para mestrado e doutorado iriam disponibilizar vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência. A implementação que é anterior à lei citada

acima, pode decorrer de influências da Portaria Normativa nº 13/2016 do Ministério da Educação (MEC). Como informa Venturini (2021, p.1255), a portaria prevê que os programas deveriam propor ações de inclusão, porém “vários programas e universidades entenderam que a criação de ações afirmativas era obrigatória [...] elemento externo que atuou como um incentivo, influenciando a criação de um número crescente de medidas nos últimos anos.”

Como proposta central deste artigo, retomar as condições de permanência na graduação é elemento crucial para o debate das ações afirmativas na pós. Nogueira e Marques (2023) fornecem contribuições importantes para esse debate ao discorrerem sobre a Conferência de Estudantes Cotistas (CONFCOTAS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sinalizando que a participação dos estudantes é central para que as políticas de cotas não se restrinjam somente à reserva de vagas, portanto, as formulações de políticas afirmativas e de permanência precisam ser realizadas a partir do que os discentes experienciam e compreendem como pertinente à sua realidade.

Considerando o ranço colonial e as encruzilhadas (Rufino, 2017; Akotirene, 2019) estruturadas ao longo de séculos e visíveis até hoje nas diferentes representações do ser negro (Gonzalez, 1984; Hooks, 2019), identificamos que ainda há um caminho a ser percorrido. Por via disso, nos tópicos que se seguem apresentaremos alguns dados de pesquisa mais ampla realizada entre 2020 e 2021 com estudantes cotistas a nível de graduação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em observância aos procedimentos metodológicos indicados no material produzido por Costa e Costa (2015), para este trabalho identificou-se como pertinente a pesquisa documental e bibliográfica conciliada à resultados que integram pesquisa desenvolvida entre 2020 e 2021 como parte da dissertação de mestrado intitulada “Mulheres negras no Serviço Social: perspectivas sobre a trajetória de bolsistas e cotistas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”. A pesquisa, de caráter qualitativo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) buscou analisar a trajetória de estudantes de graduação que ingressaram por

intermédio de políticas de ação afirmativa. Participaram da fase de entrevista, ao todo, 14 estudantes, todas autodeclaradas pretas ou pardas, mulheres cisgênero e ingressantes por intermédio de PAA. Das quais, 6 são do Departamento de Serviço Social (DSS/PUC-Rio), e 8 da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ.) No que tange à faixa etária, 9 das graduandas tinham entre 19 e 28 anos. Vale ressaltar que há um número significativo de estudantes cuja faixa etária é de 33 a 62 anos. A maioria das interlocutoras cursou a educação básica na rede pública de ensino. No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, a maioria exercia atividade remunerada informal ou não exercia. No tocante à modalidade de ingresso, em relação à PUC-Rio, cinco eram bolsistas na modalidade bolsa filantrópica 100% e uma era bolsista meio-a-meio (50% bolsa filantrópica e 50% bolsa PUC). Já na UFRJ, quatro ingressaram pela junção das modalidades de reserva de vagas raça/cor e rede pública, três pela modalidade raça/cor e uma optou pela junção de três modalidades: raça/cor, rede pública e renda.

Conforme definido no projeto apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CFCH), o estudo foi realizado em três etapas. Com o apoio das coordenações dos dois programas, foi realizada divulgação de formulário eletrônico (Google Docs). O mesmo foi divulgado no dia 31 de maio de 2021, mas inicialmente obteve poucas respostas. Diante da importância de alcançar o número mínimo de participantes (20), foi estabelecido contato com os CA'S e Coordenações para solicitar novas divulgações. Visando o andamento da pesquisa, iniciaram-se as entrevistas junto às primeiras interessadas que corresponderam aos critérios de inclusão definidos no projeto (Costa e Costa, 2015): autodeclaração, identidade de gênero, período na graduação. Com tal condução, ao final da conversa com as primeiras participantes, verificou-se a possibilidade das mesmas divulgarem a pesquisa para outras pessoas. Ao final, após essa estratégia, preencheram o formulário um total de 50 graduandas, das quais 14 participaram da segunda etapa.

A segunda etapa consiste nas entrevistas, um dos principais instrumentos do método qualitativo. As mesmas (semiestruturadas) foram conduzidas com base em roteiro previamente elaborado e são compreendidas como principal instrumento de aproximação da realidade e experiências do público-alvo da pesquisa. Assim, "A

entrevista é uma conversa que pode ser mais ou menos sistemática, cujo objetivo é obter, recuperar e registrar as experiências de vida guardadas na memória das pessoas." (Lima, 2016, p.26).

Importante frisar que o roteiro foi um norteador das entrevistas não sendo utilizado de forma rígida, mas fluida, pois, com base em Alonso (2016), partimos do reconhecimento de que o método qualitativo permite a valorização dos sujeitos, de suas trajetórias e narrativas. Isso significa que as experiências dos indivíduos e suas interações contém elementos diversos, que podem estar relacionados a aspectos da realidade macrosocial social e em movimento — onde impactam e são impactados.

Considerando a fase posterior às entrevistas, a análise dos dados se deu sob uma perspectiva qualitativa e interpretativa (Minayo, 2012), compreendendo as informações compartilhadas como produção de sentidos, que demandam articulação entre as experiências, os objetivos da pesquisa e o referencial teórico. Para sistematização do material empírico, após a transcrição das entrevistas, foi realizada a Análise Temática em Braun e Clark (2006), onde foi possível realizar leitura inicial e familiarização com o conteúdo; construção de códigos a partir de aspectos relevantes dos relatos, seguido do agrupamento de temas (como dificuldade financeira, trajetória na universidade, permanência e assistência estudantil, conclusão e ingresso na pós-graduação); e interpretação dos sentidos identificados, relacionando, por fim, com a categoria de interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021).

Nos itens que se seguem, apresentaremos alguns dos depoimentos. Ressaltamos que somente os relatos das participantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) serão apresentados aqui, em face do recorte proposto para o presente manuscrito. Ainda nessa perspectiva, destacaremos os resultados que se relacionam diretamente com a permanência estudantil na graduação e os anseios após a conclusão dessa etapa, recortando as categorias de análise que emergiram em torno de permanência, conclusão e ingresso na pós-graduação.

Vale frisar, que em conformidade com as resoluções 410/06 e 566/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as participantes dessa investigação não terão seus nomes identificados, somente as iniciais e idade serão apresentados.

RESULTADOS E ANÁLISES: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PERMANÊNCIA

A adoção do sistema de reserva de vagas nas universidades federais amplia o acesso de grupos historicamente marginalizados e, no processo, desmistifica teorias de que tais medidas impactariam na qualidade dos programas. Conforme indicam dados do Censo de Educação Superior de 2023 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no que tange à conclusão, 51% dos alunos que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas concluíram a graduação, já entre os graduandos não cotistas o percentual é de 41%. O Censo, no entanto, não apresenta esses dados no que se refere à pós-graduação, o que evidencia as lacunas ainda existentes quanto ao acesso, permanência e conclusão de estudantes negros e indígenas nesse segmento de formação.

Em outra direção, o maior ingresso de negros e indígenas nas universidades públicas salienta as necessidades cotidianas enfrentadas por esses grupos nos diferentes segmentos da sociedade. O conceito de corpo-território trabalhado por Haesbaert (2020) e Alves et al (2023) ganha destaque para este trabalho, pois explicita que o corpo carrega memórias e histórias. O corpo-território de pessoas pretas, pardas e indígenas carrega consigo conhecimento e saberes: identitários e políticos (Gomes, 2017). Bem como, as dores das violências étnico-raciais sofridas por gerações. Que se caracterizam ao longo de processos sociais como vulnerabilidade social, não acesso a direitos fundamentais básicos (como a educação de qualidade), adoecimento (físico e mental) e angústias relacionadas ao presente e ao futuro.

Nessa perspectiva, quando o foco do debate é a permanência de qualidade e seus reflexos no futuro profissional, é imprescindível observar como o graduando vivencia esse período da trajetória profissional, quais são seus anseios e angústias. Autores como Santos (2009), Nascimento (2016) e Alves e Cavali (2021) já indicavam que a permanência e a conclusão enfrentam não só desafios materiais, mas também simbólicos. Assim,

Em relação às condições de permanência simbólica, os principais desafios identificados pelos estudantes negros no ensino superior foram: (a) a falta de

representatividade; (b) o silenciamento de sua cultura e da problematização de questões étnico-raciais em sala de aula; (c) a invalidação de falas negras por parte de colegas e professores; e (d) o sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário. Por isso, os estudantes negros ouvidos sentem a necessidade de que a universidade ofereça espaços sistemáticos de apresentação e debate de questões étnico-raciais; também demandam a presença de mais referências negras como professores ou palestrantes; por fim, apontam a importância de que sua condição enquanto estudantes negros e, em sua maioria, também pobres não seja ignorada pela instituição, mas reconhecida e trabalhada em ações voltadas especificamente a essa intersecção. (Alves e Cavali, 2021, p.43)

Nessa perspectiva, as Políticas de Assistência Estudantil, que se materializam com mais solidez nas Instituições de Ensino Superior Federais a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) e, mais recentemente, na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2024), ganham centralidade nesse debate, mas, como os autores acima pautaram em seus estudos, as medidas direcionadas à dimensão material, somente, não darão conta das dimensões simbólicas e subjetivas do ser negro e indígena em uma sociedade racializada. A PNAES (2024) avança ao ser reconhecida como uma política nacional instituída pela Lei 14.914/24 e por propor forte diálogo intersetorial com outras políticas sociais, como a de Assistência Social e também a de Saúde. Além disso, prevê, mediante disponibilidade orçamentária, que estudantes de mestrado e doutorado também sejam beneficiados; direcionamento importante que precisa ser acompanhado com atenção.

De acordo com a Resolução nº 02/2019, a UFRJ identifica a necessidade de adequar as políticas de assistência estudantil à realidade de seu corpo discente, em diálogo com o PNAES (2010) e com a Política de Ações Afirmativas. Assim, tal resolução prevê os seguintes programas de assistência estudantil:

I – Programa de Acolhimento em Saúde; II – Programa de Alimentação; III – Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais; IV – Programa de Apoio Pedagógico; V – Programa de Combate à Opressão e Violência; VI – Programa de Esporte e Lazer; VII – Programa de Incentivo à Cultura; VIII – Programa de Moradia Estudantil; IX – Programa de Transporte; X – Programa de Atendimento a Situações Emergenciais. (UFRJ, 2019, pp.2-3)

Considerando os documentos acima, avançamos para o eixo permanência estudantil a partir dos relatos das discentes participantes da pesquisa. Foi possível recolher que todas acessaram uma ou mais medidas no que concerne ao acesso de

políticas de assistência estudantil, que inclui acesso ao restaurante universitário (bandejão), passe livre universitário (para as que residem na cidade do Rio de Janeiro), auxílio permanência para graduandas que se candidataram a receber esse auxílio – que é possível a partir de um processo interno criado pela universidade, pois a concessão decorre de avaliação socioeconômica.

Além disso, foi possível verificar que quatro participantes residiam em outros municípios, onde não há cobertura do passe livre, tendo em vista que o mesmo é fruto de decreto municipal da cidade do Rio de Janeiro, o que impacta – além dos transtornos relacionados à distância entre universidade e local de moradia –, nos gastos com locomoção, conforme conta A.O:

Muito difícil. No início eu não tinha nem o cartão aquele municipal né. Eu gastava R\$20,00 de passagem por dia para ir para a faculdade, né? Eu contava moedinha, para ir. Eu vi o esforço que o meu pai e minha mãe faziam realmente para bancar com muito custo a minha graduação. Aí depois de um tempo eu consegui o bilhete municipal. Mas só funciona ali no Rio, né? E eu sou da Baixada, O ônibus para central é R\$ 8,00? Agora tá R\$ 9,00 e o trem R\$ 5,00. e para ir para estação do trem eu tinha que pegar mais um ônibus, né? Então meu pai dava muita carona pra mim, mas o carro do meu pai é velho né, vive quebrado. Então muitas vezes eram três conduções saindo do bolso da gente, foi muito difícil. Então na alimentação, o que ajudou muito (eu nunca pensei que ia falar isso porque ajudou muito), mas saudades do Bandedão. Que era R\$2,00, então quebrou muito galho. (A.O-22)

A realidade vivida por A.O expõe diferentes nuances de um mesmo cenário. Expõe o apoio familiar que a estudante recebe para permanecer na universidade e questões financeiras encontradas quando o acesso à bolsa permanência não foi possível, como ocorreu com a participante. Além disso, o relato da estudante deixa evidente que não há ainda um fomento para a locomoção de estudantes residentes em outros municípios, evidenciando os desafios para custeio de transporte. O bandejão no valor de 2,00 para cotista certamente é uma importante contribuição para a permanência do corpo discente na universidade e deve ser ressaltada com uma conquista que garante que os estudantes acessem refeições no período em que estão na universidade.

Quando perguntadas sobre sua visão acerca das políticas de ações afirmativas a estudantes ressaltam estas como medidas fundamentais e tecem críticas construtivas a

partir de seu lugar de vivência e do que acompanhavam do cenário de destinação de recursos por parte do poder público:

As políticas de ação afirmativa são super necessárias, mas é isso, nós vemos um sucateamento muito grande da universidade. Então, por exemplo, em 2017 tinha mais bolsas do que agora. E agora, por exemplo, eu soube que essa bolsa que eu entrei de acesso e permanência, ela diminuiu em 2018, ela era R\$600,00, agora é R\$400,00. Então, assim, dificulta os estudantes, né? (L.A -23)

Corroborando com a fala de L.A, Glatz et al. (2024) ao abordarem de forma detalhada o PNAES e sua importância na permanência dos estudantes no ensino superior, destacam que o mesmo se articula com o ensino, pesquisa e extensão, promovendo ações em diversas áreas, incluindo moradia, alimentação, transporte e saúde. No entanto, observam as autoras, há limitações para o programa, especialmente no que diz respeito ao financiamento, que sofre oscilações de acordo com mudanças governamentais. Os cortes orçamentários dos últimos anos são citados como um fator que compromete a efetividade das políticas de assistência estudantil, resultando em dificuldades na manutenção dos serviços essenciais para os estudantes. Aqui vale retomar a importância de se acompanhar como a recém promulgada Política Nacional de Assistência Estudantil incidirá no cenário de implementação efetiva das medidas de assistência estudantil geridas pelas IFES, vide que a questão orçamentária recorrentemente interfere na aplicabilidade de recursos, como observam Gonçalves e Zuin (2019) e Gratz et al (2024).

Em concomitância ao entendimento de Gratz et al (2024) e como prevê a própria Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2024), de que as medidas de assistência estudantil estão intimamente relacionadas à pesquisa, ensino e extensão, adentramos no campo da Pesquisa de Iniciação Científica (IC) como espaço que pode contribuir para a permanência estudantil e para continuidade da construção de uma carreira acadêmica.

Pachane (1998), ao analisar a contribuição da experiência universitária para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, constatou que a participação em atividades de pesquisa se configura como uma das oportunidades mais significativas no contexto

acadêmico. Essa prática proporciona a realização de um trabalho prático, enriquecedor em termos pessoais e que, em alguns casos, pode ser remunerado.

Corroborando essa perspectiva, Favade-Moraes e Fava (2000), colocam que a Iniciação Científica (IC) desempenha um papel fundamental na formação do estudante, uma vez que amplia sua capacidade de análise crítica, contribui para a maturidade intelectual, favorece a compreensão acerca da ciência e possibilita perspectivas futuras, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional. Ademais, pode facilitar a inserção na pós-graduação e oferecer suporte financeiro, seja para a aquisição de livros e materiais acadêmicos, seja como subsídio pessoal.

Destaca-se ainda, que a Iniciação Científica estabelece um diálogo direto e estreito com a pós-graduação, em virtude da necessidade de construção de projetos de pesquisa elaborados e orientados por pesquisadores experientes. Além disso, contribui para a retroalimentação do próprio sistema de pós-graduação, visto que grande parte dos egressos da IC encontra-se mais preparada para ingressar nesses programas (Costa, 2015).

O Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF/CNPq) pode ser apresentado aqui como uma evidência de que a iniciação científica é relevante para a permanência, conclusão e projeção de um futuro em cursos de mestrado e doutorado. Foi criado em 2009 por meio de uma colaboração entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Inspirado no PIBIC, o programa oferece bolsas de iniciação científica a alunos beneficiários de ações afirmativas, incentivando sua inserção na pesquisa científica e ampliando o acesso à cultura acadêmica (Moraes; Cordeiro, 2009; Bridi, 2010; Souza, 2013).

Embora a Iniciação Científica (IC) tenha grande potencial para impulsionar o ingresso de graduandos na pós-graduação *stricto sensu*, enfrenta atualmente diversos desafios no Brasil, especialmente a precariedade no financiamento. Investimentos em cientistas e laboratórios são fundamentais, mas não suficientes: é necessário compreender que o verdadeiro progresso está nos benefícios que a ciência pode trazer ao país e à população (Lopes; Sousa Júnior, 2018).

As instituições de ensino superior têm encontrado crescentes dificuldades para financiar pesquisas, devido à redução do número de bolsas e à necessidade de custear equipamentos, livros e manutenção de laboratórios. Como a pesquisa exige alto investimento, a diminuição de bolsas compromete a dedicação dos estudantes, que optam muitas vezes por estágios remunerados fora da universidade (Lopes; Sousa Júnior, 2018).

O próprio PIBIC-AF é um exemplo relevante para essa reflexão, pois no período entre 2009 e 2017, o número de bolsas concedidas foi cerca de 30 vezes menor em comparação ao PIBIC. Além disso, a burocracia excessiva dificultou o andamento de novas iniciativas (Lopes; Sousa Júnior, 2018; Lessa et al., 2024). Conforme chamada do CNPq nº11/2024, para o ciclo de 2024-2027 serão ofertadas para o PIBIC-AF 2.920 bolsas, já para o PIBIC “ampla concorrência” serão ofertadas para o mesmo ciclo 27.825 bolsas. Ou seja, a discrepância ainda se mantém quando comparadas as duas modalidades. Por via disso, no item que se segue buscaremos refletir sobre intersecções presentes no eixo graduação-permanência efetiva-pós-graduação.

RESULTADOS E ANÁLISES: CAMINHOS E POSSIBILIDADES APÓS A CONCLUSÃO

Em face do exposto até aqui, que envolve os desafios de implementação das ações afirmativas por déficits orçamentários, qual o marco decisivo para que estudantes cotistas saiam da graduação e ingressem na pós-graduação? O que influencia nessa decisão para além do desejo de construção de uma carreira acadêmica? Quanto a essa questão os fatores são diversos, como vimos até aqui e incluem as condições de permanência como trabalhado anteriormente e os anseios de dar respostas concretas para questões de subsistência, como fica explícito na fala de J.S:

Eu pretendo (não tudo de uma vez, porque é impossível dar conta) mas pretendo estudar para o mestrado, conseguir passar para o mestrado e ao mesmo tempo tentar ingressar no mercado de trabalho, porque não tem o que fazer, né. Porque se é uma pessoa pobre a gente tem que ingressar no mercado de trabalho, então eu pretendo, né, se tudo ocorrer, bem fazer as duas coisas. (J.S- 21)

Em outro sentido, a possibilidade de ingresso no mestrado é secundária para L.A, que cogita a pós-graduação Lato Sensu, ou seja, uma especialização com foco na prática profissional, como ela relata a seguir:

Eu fico pensando que após a graduação eu poderia fazer uma residência, só que eu não sei ainda porque no meu estágio eu estágio na área da assistência e o meu projeto de pesquisa também é na área da assistência então eu acho que eu posso ser produtiva nessa área e fazer alguma coisa, sair alguma coisa boa disso, já que é uma área que eu tô bem inserida, sabe!? [...] eu não pretendo fazer mestrado após a graduação, mas se de repente surgir um tema que eu queira muito estudar que eu queira muito trabalhar aí eu vou tentar, mas não é a minha meta. Eu sempre pensei que eu queria trabalhar na ponta antes de fazer um mestrado e tal [...]. (L.A-23)

Foi possível identificar entre as entrevistadas, a exemplo dos dois relatos acima, que a prioridade por inserção no mercado de trabalho é expressiva, mesmo que haja o interesse na pós-graduação ou especialização, tais possibilidades não estão dissociadas do desejo por um emprego formal, por um trabalho “na ponta”. O que deixa em evidência que para estudantes de classes populares dedicar-se somente à continuidade da formação, à construção de uma carreira acadêmica não é algo comum e simples, porque muitas dessas ocupam o lugar de estreia no seu meio familiar. Ser a primeira a ingressar no ensino superior e conquistar o emprego na área logo após a obtenção do título, acaba por representar uma mobilidade social, que supre também as demandas da família, como é o caso C.M e de outras participantes:

E aí eu fui fazer serviço social e eu lembro que no começo eu tinha até um pouco de vergonha. Porque eu ainda tinha essa expectativa da engenheira (pois fez o ensino médio em colégio técnico). Entendeu? De, sabe, fazer um curso de prestígio? Para mim também essa parte foi muito difícil. Isso estava muito mais relacionado a cobranças que eu fazia no sentido de ‘eu preciso ser essa pessoa’, né? – que vai trazer essa questão financeira para família – do que comigo mesma, porque se eu não tivesse essa pressão eu sinceramente não teria sofrido tanto.

Os anseios futuros são impactados pelas condições de gênero, de classe e raça. Se tratando de mulheres como C.M que ocupam o lugar de estreia em uma família negra – que por sua vez é atravessada pelas expressões do racismo estrutural, tais como o desemprego – as expectativas estão intimamente ligadas à possibilidade de melhorias das condições financeiras da família. Das mulheres, como se vê, espera-se a devolutiva de

após a formação cuidar das demandas familiares, fato que além de gerar uma pressão sobre qual caminho trilhar antes e após a formação, também ratifica uma autocobrança e o sentimento de culpa.

O sofrimento evidente na fala da participante C.M nos direciona para as reflexões feitas por pensadoras negras, como Lélia Gonzalez (1984) que faz uma análise profunda de como o racismo e sexismo à brasileira construiu imaginários sobre as mulheres negras impondo a culpabilidade branca. Nas palavras da pensadora:

Mas é justamente aquela negra anônima que é habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. (Gonzalez, 1984, p.83)

Nessa perspectiva a dimensão interseccional contribui para que possamos compreender as diferentes avenidas de opressão que reverberam na trajetória de pessoas negras. O conceito de interseccionalidade defendido por autoras com Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene (2019), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) se apresenta como importante ferramenta de análise crítica dessas realidades. A dinâmica familiar apresentada por C.M é diferente da dinâmica expressa por A.O mais acima, pois A.O mesmo em um contexto de vulnerabilidade social, tem o suporte familiar como incentivo à sua permanência na universidade, já C.M sente o peso do lugar de estreia, envolta nas expectativas familiares. Vejamos que ambas se posicionam socialmente como mulheres negras que ingressam na universidade por meio de políticas de ação afirmativa, mas que experienciam esse lugar a partir de contextos familiares diferentes. Como vemos, as palavras assertivas de Gonzalez (1984) ainda são aplicáveis à atualidade.

Como observa Carla Akotirene (2019, p.14), a interseccionalidade não hierarquiza as opressões, esta “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Em concomitância a esse debate, como também trabalham Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 30-31), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que reconhece que a percepção de

pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes identidades étnico-raciais podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber, como vemos no exemplo dado sobre as participantes da pesquisa.

Analisar as políticas de assistência estudantil e a iniciação científica sob a lente da interseccionalidade permite perceber como o acesso a uma bolsa, seja de permanência estudantil ou de iniciação científica mantém a posição ou reposiciona um estudante a depender do grupo étnico-racial, por exemplo. Se uma estudante branca acessa a bolsa de iniciação científica e uma estudante negra acessa a bolsa permanência, ambas acessaram um recurso financeiro que pode contribuir para sua permanência na universidade, porém, do ponto de vista dos domínios de poder (Collins; Bilge, 2021, p.30-31), há a manutenção de uma desigualdade estrutural, pois a iniciação científica além de permitir o acesso a um recurso financeiro, possibilita outros acessos, como a absorção de conhecimentos científicos relacionados à pesquisa e a maior vivência de espaços acadêmicos que propiciem a aproximação com a pós-graduação.

Os exemplos acima buscam contribuir para o entendimento das complexidades que marcam a trajetória de estudantes negros e indígenas, e explicitam que as medidas de assistência estudantil, como aparato de análise, têm muito “a dizer” sobre os caminhos que incidem na escolha ou não da pós-graduação como parte da construção de uma carreira. Como defende Akotirene (2019, p.27), é importante analisar “quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, [...]”. Portanto, considerar o eixo graduação - permanência efetiva - pós-graduação perpassa observar as interações das estruturas, que posicionam e reposicionam os corpos-territórios nos diferentes cenários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ora apresentado propôs interfaces entre graduação e pós-graduação tomando como nexo fundamental as condições de permanência estudantil via políticas de assistência estudantil e iniciação científica – como etapa que possibilita tanto o contato com a pesquisa, como com o acesso à bolsa que contribui para a permanência. Dessa forma, balizando-se nas Leis 12.711/2012 e 14.723/2023 e na produção de autores que têm desenvolvido pesquisa sobre as ações afirmativas na pós-graduação, como Venturini e Feres Júnior (2020), é possível identificar que a adoção de tais medidas se dá na mesma conjuntura em que outras universidades públicas também aderem a modalidade de reserva de vagas para negros e indígenas.

Em outra escala, no cerne desse debate, surgem os atravessamentos institucionais que envolvem a implementação das ações afirmativas na pós-graduação, um debate que não é aprofundado neste artigo, mas que é pertinente para a compreensão do contexto analisado. Conforme vimos, tal implementação não decorre de vontade própria dos PPGS, mas sim de deliberações de Conselhos Universitários, por meio de resoluções, portarias e, mais recentemente, da atualização apresentada pela Lei 14.723/2023.

A partir dos relatos apresentados aqui, observa-se a intrínseca relação entre as condições de permanência para a construção do desejo de ingresso na pós-graduação. Aqui é possível ressaltar o papel crucial de ações de assistência estudantil, acentuando-se a bolsa permanência. O PNAES (2010) e mais recentemente a PNAES (2024) são marcos essenciais para as reflexões propostas, pois mesmo que não sejam implementados na íntegra pelas universidades federais, apontam o reconhecimento de que a permanência dos estudantes na universidade demanda condições e medidas específicas, não só com o recurso financeiro, mas com aportes em alimentação, locomoção e moradia, por exemplo.

Concluimos que a permanência de qualidade pode contribuir para a continuidade da carreira acadêmica, e isso se estende às condições de permanência material e simbólica também na pós-graduação. Assim, é necessário ressaltar que as medidas de

reparação histórica que visam mudar o cenário de um corpo discente e docente ainda majoritariamente branco em cursos de mestrado e doutorado, devem ir além do acesso, devem possibilitar as condições de permanência. Por isso, o avanço dessa pauta precisa passar pelo cenário vigente das ações de assistência estudantil, incluindo-se as bolsas de iniciação científica.

Os relatos das participantes da pesquisa que pudemos apresentar aqui, mesmo que de forma reduzida, forneceram informações relevantes sobre a realidade do corpo discente cotista de uma universidade federal. As experiências e trajetórias compartilhadas por intermédio de entrevista certamente são partes de uma complexidade maior, que por meio da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, é possível apreender onde os corpos negros e indígenas se posicionam e são posicionados em face de dinâmicas estruturais.

Identificamos como um grande desafio encontrar produções que apresentem dados e reflexões sobre os fatores que conectam a trajetória de estudantes cotistas entre graduação e pós-graduação graduação, o que poderia ter contribuído ainda mais para esta produção. Essa lacuna reforça que o debate sobre a problemática abordada aqui demanda mais estudos e continuará sendo objeto de investigações futuras.

Por fim, consideramos que essa produção promove um avanço ao provocar intersecções entre graduação - permanência efetiva - pós-graduação. E almejamos com esse estudo contribuir para que mais pesquisas desse viés sejam desenvolvidas pelo meio científico, visando o aperfeiçoamento das diferentes frentes de ações afirmativas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais, v. 1).

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: SESC SÃO PAULO (org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Cebrap, 2016. p. 8-21.

ALVES DOS SANTOS, Franciele; COSTA DE OLIVEIRA, Meyriane; BEZERRA DANTAS, Cândida Maria. Índia mulher: narrativa sobre identidade, corpo-território e

autorreconhecimento. **Athenea Digital**: Revista de Pensamiento e Investigación Social, Barcelona, v. 23, n. 2, e3397, 2023.

ALVES, Vanessa Kolmar; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 37, p. 28-45, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v16i37.45110>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Ministério da Igualdade Racial. **Chamada CNPq/MIR nº 11/2024**: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af) 2024-2027. Brasília, DF: CNPq, 2024. Disponível em: <https://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?detalha=chamadaDivulgada&filtro=abertas&idDivulgacao=11987>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 11 ago. 2020.

COSTA, É. G. Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 10, n. 26, p. 104-123, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595774415005/595774415005.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da. **Projeto de pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis: Vozes, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.

DOMINGUES, Petrônio. “Um templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 7-20, set./dez. 2008.

FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2000.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges; SAITO, Heloisa Toshie Irie. As políticas de assistência estudantil e a saúde mental como seguridade social dentro do ambiente universitário. **Educação em Análise**, Londrina, v. 9, n. 3, p. 863-886, jul./set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988b.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 1-16, 16 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>.

LESSA, Luciana Rodrigues; RIZZO, Tamiris Pereira; DA FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho. **As políticas afirmativas e a formação de pesquisadores: da iniciação científica à pós-graduação**. Educação, Santa Maria, v. 49, p. e76/1-27, 2024.

LOPES, Maria Janice Pereira; SOUSA JÚNIOR, Dárcio Luiz. **Iniciação científica: uma análise de sua contribuição na formação acadêmica**. Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Maringá, v. 23, n. 1, p. 133-148, jan./jun. 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/>. Acesso em: 15 ago. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4288330/mod_resource/content/1/O%20Genoc%C3%ADio%20do%20Negro%20Brasileiro.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães do. **Permanecer e concluir**: desafios e estratégias da(o)s estudantes negra(o)s na Unifesp-BS. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2016.

PACHANE, G. G. **A universidade vivida**: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da perspectiva do aluno. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PIRES, Dione Rodrigues. **Mulheres negras no Serviço Social**: perspectivas sobre a trajetória de bolsistas e cotistas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RUFINO, Luiz. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778>. Acesso em: 07 jul. 2025.

NOGUEIRA, Gean César dos Santos; MARQUES, Tatyane Gomes. Do discurso institucional da CONFCOTAS na UNEB à política de cotas nos editais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 27, n. 54, p. 275–303, 2023. DOI: 10.26694/rles.v27i54.4129. Acesso em: 12 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. **Resolução nº 02/2019**: regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/wp-content/uploads/documentos/2019/03/resolucao-politicas-estudantis-ufrj.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de**

Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145911>.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 6, p. 1250-1270, nov./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200631>.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147491>.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

HISTÓRICO

Submetido: 16 de Setembro de 2025.

Aprovado: 18 de Agosto de 2026.

Publicado: 08 de Setembro de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

PIRES, D. R.; LESSA, L. R; FONSECA, A.B.C. Permanência Estudantil e trajetória no Ensino Superior: interfaces entre Graduação e Pós-graduação. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 63, 2026, eISSN: 2526-8449